

O fazer científico afrocentrado

Afrocentric scientific practice

Rafael Barbosa de Jesus Santana

Mestre e doutorando em História pela UFRGS

A pretensão inicial deste dossiê foi, desde a sua formulação, construir novos espaços de divulgação de saberes em relação aos conhecimentos advindos, ressignificados, apropriados e reproduzidos pelos afrodescendentes e visibilizar suas cosmogonias, cosmovisões, epistemologias, axiologias e teleologias. O dossiê buscava, assim, reunir produções acadêmicas que lançassem seus olhares para as múltiplas formas de construção do aparato científico, a partir de teorias e metodologias sensíveis à produção científica negra nas mais variadas regiões do globo.

Destarte, o título *O fazer científico afrocentrado* se mostrava mais que adequado à proposta, principalmente se considerado o seu diálogo com a Lei 10.639/2003 e os seus vinte anos de promulgação. Concomitantemente, a proposta do dossiê buscava dialogar com o caráter multidisciplinar da *Revista Mundo Livre* e cooptar trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento, não só das ciências humanas, apesar de ainda hoje a população negra ser minoria nos cursos de Engenharia, Direito, Medicina e outros cursos das ciências da saúde e exatas.¹ Isso não quer dizer que não temos conhecimento científico sendo produzido por negros e negras nessas áreas, afinal, “[...] nelas encontramos mentes e mãos de homens e de mulheres negras que colaboraram, por meio de seus estudos, pesquisas, inventos para avanços científicos/econômicos/ambientais [...]” (Benite; Amauro, 2017, p. 4).

¹ Negros são maioria na universidade pública, mas não nos curso mais concorridos. Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/brasil/negros-sao-maioria-na-universidade-publica-mas-nao-nos-cursos-concorridos-24089329>. Acesso em: 25/09/2023. Negros em cursos como Medicina e Direito sentem ainda mais minoria. Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/brasil/negros-em-cursos-como-medicina-direito-sentem-se-ainda-mais-minoria-2408978>. Acesso em: 25/09/2023.



Entretanto, esse mesmo título nos coloca uma questão de grande relevância: há conhecimentos autenticamente afrodescendentes? Seja para o positivo ou para o negativo, temos que lidar com as suas consequências. Chimamanda Adichie (2019) questiona a suposta autenticidade africana, que aqui podemos estender aos afrodescendentes. Nesse mesmo sentido, Achille Mbembe (2001) pondera se insistir na singularidade e diferença negra/africana, como o discurso antirracista, anticolonialista e anti-imperialista fazem, funciona como valorização desses atores e atrizes sociais ou estigmatização. Seja como for, é necessário compreender o que vem a ser o afrocentrismo.

Na concepção de Farias (2003, p. 317), "afrocentrismo é um rótulo que cobre um leque de posturas e propostas". Uma dessas posturas é a recorrência a referenciais baseada no elemento racial de sua produção, com o intuito de construir uma contra-narrativa ao discurso hegemônico racialmente branco, ao mesmo tempo que valoriza a ancestralidade negra, fonte da fundamentação teórica do fazer científico. Contudo, uma das problemáticas que o termo traz é

a polarização artificial e essencialista proclamada por muitos intelectuais afrocêntricos ["afrocentrismo" versus "eurocentrismo", como se nada existisse fora dessa oposição, e como se estivéssemos todos obrigados a ser ou "eurocêntricos" ou "afrocêntricos"] (Farias, 2003, p. 325).

Talvez a supracitada polarização sirva para compreender sociedades racialmente bem demarcadas, com forte presença negra e construídas a partir de elementos supostamente distintivos entre brancos e negros, como é o caso do Brasil. Trata-se, a grosso modo, de transformar as relações de poder em atuação da sociedade, da política, da cultura, da economia e, não menos importante, da ciência. Dito isso, o afrocentrismo tira da marginalidade a história afro e a põe em local de centralidade, processo que é efetuado não sem controvérsias.

Respondendo à questão formulada anteriormente sobre a existência ou não de conhecimentos autenticamente afrodescendentes, talvez a resposta seja NÃO, mas deve ser complementada com a reflexão de que há problemáticas que, frequentemente, são caras à população negra, por isso, essa mesma população teria desenvolvido técnicas,

metodologias e epistemologias diferentes daquela prioritária na academia ocidental, ainda que se utilize das mesmas instituições para tal feito. O que dialoga diretamente com as proposições de Adichie (2019), no sentido de visibilizar outras histórias, não apenas a perspectiva europeia. É dialogando com esses pressupostos de descolonização que os artigos que integram este dossiê temático propõem debates de grande pertinência aos dias atuais.

Nosso dossiê se inicia a partir do texto *A descolonização da cultura norte-americana e a polinização cultural cruzada da dança africana em solo americano*, escrito de grande originalidade de uma mulher negra, Luana Martins Oliveira, bacharel em Dança pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), e de uma mulher branca, Rosana Aparecida Pimenta, docente do Departamento de Artes e Humanidades, também da UFRV. Oliveira & Pimenta problematizam a história do *Jazz Dance*, a partir de uma abordagem qualitativa-descritiva, sob uma perspectiva cultural, identificando os fluxos e refluxos históricos dessa expressão artística nos Estados Unidos, numa longa duração (1526-1920). Seria o *Jazz Dance*, na concepção das autoras, uma forma de resistência às mazelas sociais que a população afrodescendente sofria. Podemos dizer, assim, que tratava-se de um aquilombamento.

Para cumprir a mencionada tarefa, as autoras fazem um apanhado histórico sobre a formação das Treze Colônias, em seguida, a formação dos Estados Unidos da América, considerando como elemento cultural fundador a influência africana e afrodescendente. Nesse sentido, a dança negra, em épocas coloniais, era uma forma de diálogo entre os corpos negros e um modo de manutenção da saúde mental, afirmam Oliveira & Pimenta. Podemos estender essa reflexão para as danças afrodescendentes da atualidade? É aqui que reside um dos potenciais desse primeiro artigo do dossiê: a possibilidade de pensar a dança, em específico o *jazz dance*, de maneira diacrônica, intimamente conectada à linha tênue do presente, inclusive, de modo a projetar o futuro.

As autoras não fecham os olhos para as simbioses e mudanças que a dança africana sofreu em território estadunidense, principalmente, em relação aos contatos culturais entre tradições britânicas e africanas,

entre as religiosidades africanas e cristãs, entre outras dicotomias. Mais um elemento a ser valorizado na resumida escrita.

Já Elvis Dutra Laurindo, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), João Lucas Saraiva Martins, da Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), e Catia Cristine Leite de Almeida, docente do Departamento de Psicologia da UniBRAS Faculdade Quatro Marcos, a partir de um artigo ensaístico e revisionista, intitulado *Descolonizando a psicologia: discussões sobre a invisibilidade de intelectuais negros(as) e das questões raciais na graduação em Psicologia*, procuram não apenas denunciar o racismo estrutural na graduação em Psicologia de uma universidade do interior do Mato Grosso, mas também identificar as suas consequências na formação dos(as) estudantes da área. Laurindo, Martins & Almeida não apenas têm uma escrita reativa, mas, inquestionavelmente, ativa, ao evidenciar saberes da Psicologia produzidos de forma a considerar os conhecimentos e realidades negras.

Conforme os autores e a autora, desde o início da formação em Psicologia há a apresentação de intelectuais homens, brancos e advindos do norte global, o que é perceptível nas demais áreas do conhecimento acadêmico, mas que pouco oferecem para o entendimento real das populações subalternas. Sob esse prisma, é afirmado que tal cultura epistemicida tem pouco compromisso social e considera a população negra passiva, não atuante no entendimento de sua própria realidade. Falta à psicologia, de acordo com Laurindo, Martins & Almeida, uma abordagem racializada do mundo. Essa conduta dialogaria, por exemplo, com o que tem sido chamado de teoria do trauma pós-colonial, debate que já realizei e problematizei de forma aprofundada em outra oportunidade.²

Além de uma revisão bibliográfica, Laurindo, Martins & Almeida realizam uma pesquisa com alunos e alunas dos últimos semestres do curso de Psicologia, numa instituição de ensino superior privada mato-grossense. Percebe-se, a partir dos dados levantados, que a Universidade, de forma geral, e o curso de Psicologia, de modo

² Ver mais em Santana (2022).

específico, escancaram ausências: de docentes negros/as, de discussões sobre a singularidade da subjetivação negra e das relações étnico-raciais, de referenciais teóricos negros, entre tantas outras ausências.

É no intuito de inverter a lógica das ausências, evidenciando, introduzindo e calcificando as presenças, que Andressa Queiroz da Silva nos traz o artigo *Transgredindo a educação linguística: curso racismo e antirracismo no ensino de Línguas*. Nesse artigo, Silva se aproxima do seu objeto de pesquisa, um curso de extensão organizado pelo NEABI da Universidade Federal do Acre (UFAC) em 2022, no intuito de divulgar sua avaliação da supracitada atividade, que tinha como objetivo instruir profissionais da educação a perceberem e combaterem o racismo no ensino de línguas. Silva avalia a mencionada atividade de extensão como uma práxis transformadora, visto que construiu ferramentas teórico-metodológicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Também movido por essa vontade de transgredir as normas acadêmicas hegemônicas, Julio César Mascoto de Souza, graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), discute sobre a importância do pensamento descolonial para a compreensão dos saberes dos povos originários no ensino escolar indígena. Intitulado *Pensamento descolonial e povos originários: o multiculturalismo e a interculturalidade na construção de uma educação escolar indígena*, o artigo é desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica, mostrando o processo de construção do pensamento colonial, do pensamento descolonial e as utopias indígenas em relação à educação formal escolar. Uma dessas utopias, segundo Souza, seria a valorização e privilegiação da ancestralidade e cosmovisão indígena nos projetos educacionais do Brasil, não alterando apenas os conteúdos do currículo, mas a própria prática escolar. Tal utopia levaria ao reconhecimento da pluralidade indígena, de sua dinamicidade, de sua complexidade, de sua atualidade e de sua importância para a construção identitária nacional.

Nosso último trabalho é de autoria coletiva de sete mulheres, pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense (UFF), da área de

Enfermagem, que juntas buscam identificar os efeitos dos marcadores de raça e sexualidade na plenitude do serviço de saúde das mulheres em um Consultório de Enfermagem. Belisa Maria Santos da Silva *et al.*, a partir de um estudo descritivo e empírico, que utiliza mais de trezentos prontuários de mulheres atendidas em um campus universitário no Estado do Rio de Janeiro, entre 2017 a 2022, realizam um breve histórico do pensamento interseccional na saúde e percebem que há uma lacuna na formulação e implementação de políticas públicas para mulheres LGBTQIA+ e/ou negras. Em suma, Silva *et al.* afirmam que contribuiria para a saúde dessas mulheres a utilização de métodos mais organizados de integração, como a linguagem inclusiva e melhor formação dos(as) profissionais que lidam com esses agentes históricos.

Finalizando esta apresentação, recorro ao conceito de saúde apresentado pela Organização Mundial da Saúde (OMS): “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”. Talvez a afrocentricidade que procurei brevemente definir no início deste prelúdio perpassa pela promoção desse bem-estar, nas mais diversas dimensões da vida afro-brasileira e africana. Como ter saúde se a academia não valoriza a sua história e a sua identidade? Se o Estado e suas instituições não estão preparados e/ou fazem pouco para promover essa saúde? É pensando nessa promoção da saúde afro que as autoras e autores deste dossiê se engajam, ao propor reflexões pertinentes à construção de um fazer científico mais inclusivo e multidimensional.

Boa leitura!

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENITE, Anna M. Canavarro; AMAURO, Nicéa Quintino. Por uma produção de ciência negra: experiências nos currículos de Química, Física, Matemática, Biologia e Tecnologias. **Revista da ABPN**, v. 9, n. 22, 2017, p. 03-08.

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. In: **Afro-Ásia**, v. 29, n. 30, 2003, p. 317-343.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, 2001, p. 171-209.

SANTANA, Rafael Barbosa de Jesus. **História, trauma e pós-memória**: as representações da Guerra de Biafra (1967-1970) em *Meio Sol Amarelo*, de Chimamanda Ngozi Adichie. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

Sobre o coordenador

Rafael Barbosa de Jesus Santana  

Graduado em História e especialista em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Educação São Luís (FESL). Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Email: rafael.santana.001@hotmail.com